

# EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO: UMA REALIDADE NO ENSINO MÉDIO

Paulo Fernando de Vasconcelos Dutra - SEEP/Brasil  
paulofvdutra@gmail.com

## RESUMO

Este texto, resultado de uma pesquisa qualitativa sobre educação integral, aborda a implementação da política pública de Ensino Médio Integral no estado de Pernambuco, Brasil, tendo como foco a gestão escolar. Foram selecionadas duas escolas do sistema público de ensino para a efetivação de estudo de caso, e realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores e professores de cada escola, e análise documental... O trabalho foi desenvolvido num diálogo com vários autores como Condé (2011) e Mainardes (2006), que fazem a discussão a respeito da implementação de Políticas Públicas; Costa (2000, 2008), Gadotti (2009), Cavaliere (2009) e Mota (2006), com referências sobre a Educação Integral; Lima (2011) acerca do planejamento estratégico desenvolvido; Lück (2009, 2010) sobre gestão escolar. As análises mostraram que os resultados obtidos pelas escolas têm relação com a permanência de um único gestor durante o ciclo completo do Ensino Médio e com a transformação da unidade escolar em escola integral. Indicaram, também, a necessidade de realização de um processo de formação continuada permanente. Ao final, é apresentada uma sugestão de um plano de ação, denominado, Plano de Ação Educacional com propostas de direcionamentos que poderão ser adotados pela Secretaria de Educação e pelas escolas, em prol da qualificação da política em questão.

**Palavras-chave:** Política Pública de Educação. Programa de Educação Integral. Escolas de Referência em Ensino Médio.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o Ensino Médio representa a última etapa da educação básica, que pressupõe a consolidação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes oriundos do Ensino Fundamental. É a partir dessa etapa de ensino que alguns jovens procuram a sua inserção no mundo do trabalho ou dão continuidade aos estudos através do Ensino Superior.

No período de 2007 a 2010, o governo do estado de Pernambuco criou para as Secretarias Estaduais de Saúde, Segurança e Educação um mapa estratégico de acompanhamento mensal das ações desenvolvidas por elas, materializando essa prioridade por meio do Programa de Modernização da Gestão Pública.

Para a Secretaria de Educação, foram eleitos dez eixos estratégicos a serem acompanhados e monitorados pela Secretaria de Planejamento e Gestão e pelo governador do estado. Dentre as metas pré-estabelecidas, encontrava-se a criação do Programa de Educação Integral, com a finalidade de reestruturar o Ensino Médio, que foi instituído em 2008, por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008 (PERNAMBUCO, 2008).

O referido programa priorizou a melhoria da qualidade da educação, tendo como uma das metas a ampliação de matrículas no Ensino Médio Integral. Contou com o reordenamento da rede estadual, criando as Escolas de Referência em Ensino Médio e as Escolas Integrais, exclusivas de Ensino Médio.

Um ano após o início do referido programa, foi criada a Secretaria Executiva de Educação Profissional, com a função específica de cuidar dessas escolas integrais (PERNAMBUCO, 2009), dotada de autonomia administrativa e financeira, responsável pelos Programas de Educação Integral e de Educação Profissional. Do primeiro programa, fazem parte as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) e, do segundo, as Escolas Técnicas Estaduais (ETEs), todas com atendimento em horário integral.

As EREMs apresentam matriz curricular voltada para o ensino propedêutico (formação geral) Integral e as ETEs oferecem o Ensino Médio Integrado à Educação

Profissional, em tempo Integral, funcionando, também, com a oferta da Educação Profissional, concomitante e subsequente ao Ensino Médio.

Tem-se aí, dessa forma, uma educação voltada não apenas para a construção dos conhecimentos cognitivos, mas pautada por uma filosofia na qual o homem é sujeito da sua história, intervindo na realidade e no seu contexto social, a fim de transformá-los.

A partir dessa concepção de educação, no ano de 2010, foram criadas, no estado de Pernambuco, 160 Escolas de Referência em Ensino Médio, com capacidade para atender 50% da demanda dos estudantes dessa modalidade de ensino, tendo como finalidade atender aos estudantes, para obterem um ensino de qualidade social, que fosse além da construção dos conhecimentos e aprendizagem dos conteúdos.

Atualmente, o estado possui 300 Escolas de Referência em Ensino Médio em funcionamento e mais 40 escolas autorizadas a partir de janeiro de 2014, por meio do Decreto nº 39.039, de 4 de janeiro de 2013 (PERNAMBUCO, 2013). Com a construção dessa rede, todos os municípios do estado passarão a ter, pelo menos, uma escola ancorada nessa Política Pública, a partir de 2014.

O Programa de Educação Integral fundamenta-se na filosofia da educação interdimensional, estudada pelo professor Antônio Carlos Gomes da Costa (COSTA, 2008), que defende a construção do ser humano na sua inteireza, ou seja, nas suas quatro dimensões: cognitiva, afetiva, espiritual e da corporeidade. Portanto, é fundamental a formação de todos os educadores nessa filosofia para a construção de escolas baseadas nessa concepção educacional. A essa filosofia, vem somar-se o planejamento estratégico aplicado a área educacional, experiência desenvolvida numa das escolas pela professora Ivaneide Lima (2011), que resultou no livro da Tecnologia Educacional Aplicada a Resultados (TEAR), que se propõe a trabalhar o planejamento estratégico aplicado às escolas, tendo essas instituições a obrigatoriedade de elaborar um Plano de Ação, com o acompanhamento da referida autora.

Nesse contexto, o objetivo geral do presente trabalho consiste em analisar a implementação da Política Pública de Ensino Médio Integral em duas escolas estaduais de Pernambuco, sob o ponto de vista da gestão escolar, e apresentar um Plano de Ação Educacional, que vise ao aprimoramento da implementação dessa política.

A Secretaria Estadual de Educação, através da Secretaria Executiva de Educação Profissional, realizou um acompanhamento do Programa de Educação Integral em cada escola. Fortaleceu a autonomia do gestor, com um empoderamento da função na instituição. Houve uma avaliação sistemática da escola, com a participação dos

estudantes, dos pais ou responsáveis, da equipe gestora e dos professores, sendo, ainda, avaliadas as suas condições físicas de funcionamento, a prática dos professores e a equipe gestora. Houve também um estímulo ao gestor na busca por parceiros externos à unidade escolar, com o objetivo de fortalecer a gestão.

Este estudo ocorreu em duas escolas da rede estadual de ensino que fazem parte do Programa de Educação Integral. A análise foi feita a partir do que dizem os gestores e professores, se as práticas de gestão condizem com o que preconizam os documentos legais criados para o Programa de Educação Integral e, por fim, se a prática de gestão tem interferência nos índices educacionais.

No ano de 2011, havia 103 Escolas de Referência em Ensino Médio com turmas de terceiro ano. Cabe aqui lembrar que essa série é a avaliada pelo Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE), sendo o seu resultado utilizado para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE<sup>1</sup>). Dentro desse universo, foram selecionadas duas escolas como objeto deste estudo de caso, tendo como referência a nota mais baixa e a mais alta do IDEPE no mesmo ano. Como o programa foi implantado em 2008, as escolas encontravam-se no seu segundo ano de avaliação.

Quanto aos aspectos metodológicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender o que dizem os autores em relação ao tema analisado, implementação de Políticas Públicas e Educação Integral, complementada por uma pesquisa documental sobre a Política Pública para Educação Integral no Estado de Pernambuco, a fim de compreender como os documentos legais a definem.

Foi realizada, também, uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo: o estudo de caso. Segundo Robert Yin (2010, p.24), “como método de pesquisa, ele é utilizado em muitas situações, para contribuir com o conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados”. No método do estudo de caso, a investigação assume particularidades sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há de mais essencial e característico no exemplo proposto para análise. Nele, o investigador pretende apreender a dinâmica de um fenômeno de um programa.

---

<sup>1</sup> É um indicador de qualidade da educação pública estadual, criado no ano de 2008, que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola, ano a ano. Subsidiar os resultados obtidos pelas escolas, de forma sistemática, como insumo para reavaliar o Projeto Político Pedagógico e as estratégias de gestão da unidade escolar. Possibilita, também, a implementação de medidas corretivas e um acompanhamento por parte dos gestores da Secretaria, com a possibilidade de uma intervenção mais rápida no processo. Para o cálculo do IDEPE, são utilizados os exames das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática de acordo com a nota da avaliação externa e o fluxo escolar.

O estudo de caso é um método das ciências sociais que, de acordo com Mirian Goldenberg (2003),

[...] reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado (GOLDENBERG, 2003, p.33-34).

Nesse sentido, o método científico referido contribui para a análise da situação da implementação da política em uma determinada escola, possibilitando traçar um paralelo em relação ao que ocorre na viabilização do Programa de Educação Integral como um todo.

Foram realizadas, por fim, entrevistas semiestruturadas com os gestores atuais e três professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas nas quais o programa foi implantado. Os docentes selecionados como sujeitos da pesquisa foram os das disciplinas contempladas na avaliação externa.

Por fim, é proposto um Plano de Ação Educacional, que tem como foco principal a atuação de cada gestor no processo de implementação da política, sejam eles da SEE ou das escolas, tendo sido organizado em três seções: principais descobertas do processo de implementação da Política Pública da Educação Integral nas duas escolas e um novo olhar para a Política de Educação Integral de PE: uma intervenção necessária, sendo apontados as principais estratégias e possíveis caminhos para os problemas encontrados na Secretaria Estadual de Educação e nas escolas citadas durante a implementação da Política Pública de Educação Integral.

## PANORAMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Após o processo de democratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, consolidaram-se os sistemas de ensino federal, estadual, do Distrito Federal e dos municípios e surgiu a necessidade do alinhamento de todas as instâncias, com a legislação educacional concorrente.

Nesse momento a educação começou a ganhar um capítulo próprio na Constituição e passou a ser definida como de direito de todos e dever do Estado. Ficou definido, ainda, conforme o artigo 211 da referida Constituição, que a União, os

estados, o Distrito Federal e os municípios devem organizar os seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

É de responsabilidade da União organizar o sistema de ensino federal e dos territórios e em relação à matéria educacional, exercer função redistributiva e supletiva, garantindo igualdade de oportunidades educacionais e padrão mínimo aos estados e Distrito Federal, para a qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira sendo, ainda, responsável pelo Ensino Superior (BRASIL, 1988). Aos estados, cabe a responsabilidade de oferecer o Ensino Médio e o Ensino Fundamental, quando os municípios não puderem assumir tal função. Já aos municípios têm o dever de ofertar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Em relação à constituição de 1988, Jamil Cury (2011) destaca que ela,

[...] optou por um federalismo cooperativo sob a denominação de regime articulado de colaboração recíproca, descentralizado, com funções privativas, comuns e concorrentes entre os entes federativos. Com efeito, a constituição federal de 1988 reconhece o Brasil como uma república Federativa, formada pela “União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal...” (art.1º da constituição). E, ao se estruturar, assim o faz, sob o princípio da cooperação recíproca, de acordo com os artigos 1º, 18, 23 e 60, § 4º, I. Percebe-se, pois, que em vez de um sistema hierárquico ou dualista, comumente centralizado, a constituição Federal montou um sistema de repartição de competências e atribuições legislativas, entre os integrantes do sistema federativo, dentro de limites expressos, reconhecendo a dignidade e a sua autonomia própria (CURY, 2011, p.158).

É importante destacar que os entes federados precisam estar alinhados, sendo de responsabilidade da União sugerir Políticas Públicas que integrem as suas ações.

A característica da terminalidade do Ensino Médio significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. O educando passa a ter a possibilidade de prosseguir nos estudos e, ao mesmo tempo, preparar-se para o mundo do trabalho, vivendo efetivamente a sua cidadania. Podemos inferir que uma das possibilidades para que isso se garanta passa pela ampliação do tempo pedagógico, atrelado a um currículo que dialogue com o mercado.

Verifica-se, assim, a complexidade dessa modalidade de ensino, já que é um momento decisivo no qual os jovens precisam se sentir mais seguros para fazer

escolhas. Atualmente, essa etapa da educação possibilita ao jovem prosseguir os estudos ou entrar no mercado de trabalho.

Hoje, o Brasil atende a 8.401.829 milhões de jovens no Ensino Médio, dos quais 5.451.576 milhões encontram-se na faixa etária de 15 a 17 anos, segundo dados do Censo Populacional IBGE, 2010 e micro dados do Censo Escolar de 2011, MEC/INEP. A maioria das matrículas se encontra na rede estadual de ensino (84,9%), tendo as escolas privadas 12,7% dessas matrículas, as escolas federais 1,5% e as municipais 0,9%, segundo dados do censo populacional do IBGE de 2010 e microdados do Censo Escolar de 2011.

Portanto, é urgente pensar em Políticas Públicas que atendam a esses sujeitos na escola.

Após análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB<sup>2</sup>) nessa etapa de ensino, foi possível observar que o estado de Pernambuco, por exemplo, no ano de 2007, em relação a outros estados brasileiros, obteve um dos piores resultados, apesar de ter alcançado a meta projetada pela União. A meta, estabelecida para cada estado, definiu que o Brasil deverá alcançar a média seis, em uma escala de zero a dez, até o ano de 2021. Entretanto, o estado de Santa Catarina que alcançou a maior média do IDEB, obteve apenas a média quatro.

No quadro 1, é possível identificar os resultados do IDEB entre os anos de 2005 a 2011 desse estado e de Pernambuco.

**Quadro 1:** Resultados do IDEB dos Estados de Santa Catarina e Pernambuco de 2005 a 2011

<b>Anos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>Pernambuco</b>
2005	IDEB	3,5	2,7
	Ranque	1	18
2007	IDEB - Projetado	3,5	2,7
	IDEB	3,8	2,7

<sup>2</sup> É um indicador de qualidade da educação pública nacional que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada estado, pois para o Ensino Médio é calculado de forma amostral. Possibilita a implementação de medidas corretivas e um acompanhamento por parte dos sistemas das secretarias de educação, com a possibilidade de uma intervenção mais rápida no processo. Para o cálculo do IDEB, são utilizados os exames das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, de acordo com a nota da avaliação externa e o fluxo escolar.

	Ranque	1	21
2009	IDEB - Projetado	3,6	2,8
	IDEB	3,7	3
	Ranque	2	17
2011	IDEB - Projetado	3,8	3
	IDEB	4	3,1
	Ranque	1	16

Fonte: MEC-INEP (2012).

Apesar dos estados apresentados terem alcançado as metas projetadas pelo MEC, essas notas refletem o problema na qualidade do ensino verificado nas escolas de todo o país. São notas muito aquém das exigidas dos estudantes como indicadores de aprendizagem nas escolas de Ensino Médio, tendo em vista que na maioria dos estados brasileiros se exige uma média igual ou superior a 6,0 para que o estudante avance de série ou ano de estudo. Como alternativa para a melhoria da qualidade do ensino e consequente aumento da possibilidade de alcance do referido resultado surgiu no Brasil diversas experiências de oferta de Educação Integral.

Sendo assim, será analisado na próxima seção o início, no Brasil, da implementação de experiências com escolas de tempo integral, partindo de diversas concepções e contextos, além de demonstrar como essa possibilidade chega ao Ensino Médio.

## **A Educação Integral no Brasil**

A história da Educação Integral no Brasil teve como marco pioneiro o movimento da Escola Nova, que ganhou notoriedade após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, quando se defendia a universalização da escola pública laica e gratuita.

De acordo com Sílvia Mota (2006),

a ideia de uma educação que pretende trabalhar com um aluno de forma integral surgiu com o movimento da Escola Nova e foi desenvolvida, principalmente por Anísio Teixeira, que além de elaborar alguns de seus princípios conceituais e práticos, constrói escolas modelos para consolidação desta educação (MOTA, 2006, p. 4).



Na década de 1950, na cidade de Salvador, Bahia, foi criada a Escola Parque, também idealizada por Anísio Teixeira. Essa escola experimental atendia a crianças nas séries iniciais e incluía em seu ensino ações de socialização. A partir daí, as atividades desenvolvidas na escola não eram apenas cognitivas, mas tradicionalmente vivenciadas através das práticas de aprendizagens não formais, dentre as quais atividades culturais e de lazer. Portanto, surgiu nesse momento a primeira experiência de Educação Integral no Brasil, de forma sistematizada.

Outra experiência importante para essa modalidade de ensino nos remete aos Centros Integrados de Educação pública (CIEPs). Segundo Ana Cavaliere (2009),

durante a década de 80 destacou-se no Estado do Rio de Janeiro o Programa dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), com escolas de tempo integral onde as crianças deveriam permanecer durante todo o dia participando de atividades curriculares variadas e recebendo alimentação e cuidados básicos. Era um modelo que previa a abertura da escola à comunidade (CAVALIERI, 2009, p. 52)

Os CIEPs foram criados no governo de Leonel Brizola e idealizados por Darcy Ribeiro, defensor das ideias de Anísio Teixeira. A filosofia de Educação Integral foi colocada em prática em centros específicos para atendimento às crianças no Ensino Fundamental, nos anos iniciais, considerando a possibilidade de não apenas valorizar a construção do conhecimento, mas toda a estrutura da escola, que se preocupava com o bem estar social da criança, na perspectiva nutricional, médica e de prevenção. Como ressalta Mota (2006, p. 4), “os CIEPs foram apresentados como a primeira experiência brasileira da escola pública de tempo integral”. Portanto, no Brasil, a visão que predominou foi aquela em que à escola cabia a preocupação com o indivíduo na sua integralidade, com relação às áreas de alimentação, saúde, cultura e lazer, além dos conhecimentos específicos de cada disciplina, a exemplo dos CIEPS.

Surge, também, nessa mesma década, no estado de São Paulo, um Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), no qual as prefeituras realizavam parcerias com outras secretarias de estado ou organizações não governamentais a fim de complementar a formação das crianças, com a possibilidade de utilização de outros espaços que não os da escola.

De acordo com o professor Moacir Gadotti (2009, p.32), “as diversas experiências de Educação Integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa

(mais tempo na escola e no entorno) quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis”. Assim, compreende-se que não é apenas aumentar o tempo do estudante na escola, mas oferecer qualidade durante o período em que o educando se encontra no seu interior. Percebe-se, a partir dessa breve contextualização, uma preocupação com a Educação Integral no país.

A modalidade de ensino voltou ao debate público em 2007, com o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (MEC, 2007) e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10 (BRASIL, 2010). Tal programa se constitui como uma estratégia do Ministério da Educação para a construção da agenda de Educação Integral no país. O objetivo era viabilizá-la para o Ensino Fundamental, por meio de atividades no contraturno das escolas que oferecem essa etapa da Educação Básica.

Para atender ao Ensino Médio, foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009 (MEC, 2009), o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ao lançá-lo, o MEC criou a Educação Integral para essa etapa, orientando a implantação de cursos com uma carga horária de 3.000 horas (MEC, 2009), ou seja, um acréscimo no seu ciclo de 600 horas, distribuídas no decorrer dos três anos.

O ProEMI ocorreu por adesão dos estados e somente naqueles que optaram pela sua implantação. É da sua responsabilidade a indicação das escolas dentre as que ofertam Ensino Médio em todo estado. O estado de Pernambuco, no ano de 2010, aderiu ao programa. Inicialmente, foi implementado em 17 escolas, ou seja, uma em cada Gerência Regional de Educação. O convênio foi articulado pela Gerência de Ensino Médio, vinculada à Secretaria Executiva do Desenvolvimento do Ensino, uma das quatro secretarias executivas que compõem o organograma da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Em 2011 foram incluídas nesse programa (ProEMI), as Escolas de Referência em Ensino Médio que faziam parte da Política Pública de Ensino Médio Integral, que trataremos na próxima seção.

### **A Política Pública de Ensino Médio Integral no estado de Pernambuco**

Pernambuco é um dos 27 estados da República Federativa do Brasil, situado na região Nordeste, tendo como capital a cidade de Recife. O estado abriga o maior parque tecnológico do Brasil, o Porto Digital, localizado na capital e o maior estaleiro do

hemisfério sul, o Estaleiro Atlântico Sul, situado no Complexo Industrial de SUAPE (porto responsável pelo grande desenvolvimento dessa região) em Ipojuca, cidade localizada na região metropolitana do Recife. É nesse município que se localiza uma das escolas pesquisadas neste estudo. A outra escola situa-se no município de Caruaru.

A partir dos resultados das avaliações externas, principalmente naqueles que se referem ao Ensino Médio, o governo de Pernambuco resolveu, no ano de 2007, realizar um estudo do quantitativo necessário de escolas ensino Médio Integral do estado. Em seguida, propôs a reestruturação dessa etapa da Educação Básica, apresentando uma Política Pública que possibilitasse modificações nas estruturas organizacionais da Secretaria de Educação do estado.

A experiência de Educação Integral para o Ensino Médio no estado de Pernambuco surge em 2004, com a criação do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), de acordo com o decreto nº 25.596, de 1 de junho de 2003, com o objetivo de promover uma mudança significativa nos conteúdos, métodos e gestão dessa etapa de ensino (MAGALHÃES, 2008). Com o surgimento dessa escola, a função de gestor, que em todas as escolas estaduais era exercida por professores da própria rede estadual, passou a ser ocupada por cargos comissionados, tendo, portanto, a prerrogativa de não ser funcionário do quadro da rede estadual de ensino (PERNAMBUCO, 2003).

O CEEGP subsidiou a criação de outros centros experimentais, construindo, em 2005, o Centro de Ensino Experimental de Bezerros (DECRETO nº 28.069/2005). Ainda no mesmo ano, criou mais 11 Centros Experimentais (DECRETO nº 28436). Em dezembro do ano seguinte, foram inaugurados mais sete centros experimentais (DECRETO nº 30.070/2006), que dariam início ao seu funcionamento a partir de 2007, totalizando, assim, 20 centros experimentais em atividade.

A criação do CEEGP constituiu-se na primeira parceria público-privada na área educacional do estado de Pernambuco um convênio assinado entre o governo do estado e o Instituto de Coresponsabilidade da Educação (ICE), que permitia que o referido instituto coordenasse a seleção de gestores, os componentes das equipes gestoras e professores e, ainda, identificassem onde seriam instalados os novos centros. Essa experiência permitiu a criação de 20 centros experimentais de ensino, após convênio de parceria entre o governo do estado e outras instituições, sob a coordenação do ICE.

No ano de 2008, no governo de Eduardo Campos, foi criado o Programa de Educação Integral, a partir da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que

deu início à Política Pública de Educação Integral no estado (PERNAMBUCO, 2008). A decisão de transformar o referido programa experimental em Política Pública está alinhada à meta proposta pelo governo do estado de melhoria da qualidade do ensino e reestruturação do Ensino Médio.

Vale ressaltar que anteriormente, com os Centros de Ensino Experimentais, o mais importante era a parceria público-privada e a construção de um espaço físico para instalação de um novo Centro. Com a Lei Complementar, passou-se a priorizar a filosofia pedagógica desenvolvida pela secretaria para implementar a nova política nas escolas de Pernambuco.

Das 51 escolas, números totais de instituições de Ensino Médio do Programa de Educação Integral em 2008, 33 eram integrais, ou seja, atendiam aos estudantes durante cinco dias da semana em tempo integral (professores com jornada de 40 horas semanais) e 18 semi-integrais, oferecendo uma jornada integral durante dois dias da semana (professores com jornada de 32 horas semanais). Nos dois casos, o ingresso era apenas para os estudantes que iniciavam o primeiro ano do Ensino Médio, cabendo, a partir de então, às escolas darem continuidade aos estudos das séries posteriores que ofertavam no momento da mudança de concepção de ensino.

A integração entre o ensino propedêutico (formação geral) e a formação profissional tornou-se uma das características do Programa de Educação Integral, no qual se encontram as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) e as Escolas Técnicas Estaduais (ETEs). Ambas trabalham especificamente com Ensino Médio e funcionam com uma matrícula única e um currículo distribuído em três anos, com professores e estudantes em horário integral. É importante destacar que as EREMs são voltadas para o ensino propedêutico e as ETEs apresentam um currículo específico para a Educação Profissional, com habilitação técnica de nível médio em diversos cursos dos eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional, que contém a relação de cursos técnicos ofertados no país, reconhecidos pelo MEC.

Esse aparato legal é que dá sustentação hoje ao Programa de Educação Integral, sendo este o responsável pela Política Pública do estado. Tal ação fortalece, assim, a formação da juventude em uma sociedade na qual as oportunidades de associação e encontro enriquecedores entre jovens e adultos e até entre jovens da mesma idade estão limitadas, quase que exclusivamente, à escola, que precisa ter a sua concepção de ensino reconstruída, já que ainda não prioriza o conhecimento para o mundo.

A fundamentação teórico-metodológica da Política da Educação Integral de Pernambuco desenvolvida pelas escolas é baseada na Educação Interdimensional, filosofia defendida por Antônio Carlos Gomes da Costa (2001). Para a sua implantação nas escolas pernambucanas, o conceito foi reestruturado pelo mesmo autor.

Sua proposta defende o desenvolvimento humano sustentado em quatro dimensões: o *logos*, o *pathos*, o *mythos* e o *eros*, ou seja, a racionalidade, a afetividade, a espiritualidade e a corporeidade (COSTA, 2008). Passa a perceber e a trabalhar com o educando compreendendo a integralidade e complexidade do ser humano.

Essa proposta foi associada a algumas premissas do referencial teórico da Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão e Resultados (TEAR), que aborda o planejamento estratégico aplicado às escolas que compõem o Programa de Educação Integral, tendo sido modelado e adaptado, de acordo com Ivaneide Lima (2011, p. 23), “espelhando-se nas concepções filosóficas da Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), Tecnologia desenvolvida com o objetivo de gerenciar as empresas da Odebrecht e nos quatro pilares da Educação ou aprendizagens fundamentais contidas no relatório de Jacques Delors”. Ainda segundo a autora, “a formação permanente é um princípio inerente ao aperfeiçoamento pessoal e profissional de todos os educadores: gestor, coordenadores, professores e pessoal de apoio pedagógico e administrativo” (LIMA, 2011, p.92).

Dessa forma, os gestores, professores, cargos comissionados que ingressam nessas escolas, após aprovados em processo seletivo, participam de duas formações: uma voltada à filosofia da Educação interdimensional e outra à Tecnologia Empresarial Aplicada a Resultados.

Na próxima seção, descreveremos como essas escolas se transformam em Escolas de Referência em Ensino Médio.

### **As Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) no estado de Pernambuco**

As Escolas de Referência em Ensino Médio foram criadas pela Lei n °125, de 10 de julho de 2008 (PERNAMBUCO, 2008), considerando a experiência dos 20 Centros de Ensino Experimental existentes. A partir da referida Lei, a organização e o funcionamento dessa rede de escolas passou a ter algumas características específicas relativas a critérios de implantação, duração da jornada escolar, carga horária curricular anual do Ensino Médio integral e semi-integral, condições de infraestrutura das escolas,

composição, carga horária de trabalho e principais atribuições da equipe gestora e carga horária de trabalho, salário e processo de ingresso do professor no quadro docente da escola de Ensino Médio integral.

Quanto aos critérios de implantação, cumpre observar que, como a maioria das escolas estaduais funcionava com turmas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, fez-se necessário o reordenamento da rede estadual, visando favorecer a conquista de identidade própria pelas escolas de Ensino Médio, que passaram a atender, preferencialmente, a estudantes dessa modalidade de ensino. Essas escolas, ao se tornarem Escolas de Referência, iniciavam a sua implantação oferecendo apenas o primeiro ano do Ensino Médio. Paralelamente, outras escolas foram destinadas apenas à oferta de Ensino Fundamental. Desse modo, tornou-se possível optar pela escolha de escola regular com oferta de Ensino Médio para transformação em Escola de Referência, desde que existisse, na proximidade, outra escola estadual, para a qual foram remanejados, progressivamente, os estudantes de Ensino Fundamental. No ano de 2008, a rede de escolas de referência contava com 51 unidades, das quais 20 eram os antigos Centros de Ensino Experimental.

Quanto à carga horária curricular anual do Ensino Médio integral e semi-integral, houve uma reestruturação para atender aos estudantes nas diferentes jornadas, considerando a duração da jornada escolar e as características dos alunos que procuram o Ensino Médio. A nova matriz curricular implantada, de acordo com a instrução normativa nº 01, de 28 de fevereiro de 2012 (SEE-PERNAMBUCO, 2012), estabeleceu uma ampliação da carga horária mínima obrigatória dessa etapa de ensino de 2.400 horas para 4.500 horas para as escolas de jornada integral e 4.000 horas para as de jornada semi-integral.

No que compete às condições de infraestrutura, foram estabelecidos padrões básicos para a rede física. As escolas são pensadas de acordo com a demanda do município para estudantes de Ensino Médio, podendo haver escolas com nove, 12, 15 ou 18 salas de aula, cinco laboratórios (Física, Química, Biologia, informática e Línguas), refeitório, biblioteca e quadra coberta.

Quanto à composição, carga horária de trabalho e principais atribuições da equipe gestora e corpo docente, pode-se apontar como característica que as diferenciam das demais escolas regulares a sua equipe de trabalho, que conta com um gestor, um educador de apoio, uma secretária e uma coordenadora de biblioteca. Para dar apoio à equipe gestora, foram criados quatro cargos comissionados de coordenação, sendo dois

coordenadores de laboratórios (um de Ciências e um de Informática), um coordenador administrativo e um coordenador socioeducacional (PERNAMBUCO, 2008).

Dentre as atribuições do gestor escolar, é possível destacar o estímulo à participação coletiva na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e o acompanhamento do seu desenvolvimento; a consolidação do modelo de gestão para resultados, com o aprimoramento dos instrumentos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação; a participação e o estímulo à participação de todos os educadores que compõem a escola no desenvolvimento da filosofia da Educação Interdimensional; o cumprimento da jornada de trabalho de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva; a disseminação das experiências exitosas para as demais escolas da rede estadual de ensino; o planejamento e a execução de programas de formação continuada de professores e demais profissionais vinculados ao Programa; a implantação do Projeto de Protagonismo Juvenil (previsto na Lei Complementar 125) e o comprometimento com a Educação de Jovens e Adultos no âmbito das escolas, divulgando junto à comunidade a nova proposta de escola, inclusive com visitas às escolas que só ofertam o Ensino Fundamental.

Quanto à carga horária de trabalho, ao salário e ao processo de ingresso do professor no quadro docente da escola de Ensino Médio integral, ficou estabelecida para professores das escolas integrais uma carga horária de 40 horas semanais, com direito à gratificação de 199% do valor do salário base, e de 32 horas semanais nas semi-integrais, com gratificação de 159% do valor do salário base, de acordo com a Lei n° 125, de 10 de julho 2008 (PERNAMBUCO, 2008) e com legislações posteriores.

Essa configuração visa estimular a dedicação exclusiva dos seus funcionários a essa modalidade de ensino. Para ingressar nessas escolas, professores do quadro de magistério do estado submetem-se a uma seleção interna simplificada. O seu desempenho é avaliado semestralmente, podendo ser desligados do Ensino Médio integral, retornando, dessa forma, à rede de ensino regular, caso a sua avaliação seja insatisfatória.

Atualmente, existem no estado de Pernambuco 300 Escolas de Referência em Ensino Médio, distribuídas nos 184 municípios e uma no distrito de Fernando de Noronha com atendimento em todo o estado.

A Política Pública de Educação Integral para o Ensino Médio no estado de Pernambuco surgiu quando a responsabilidade de oferta da Educação Profissional, que faz parte do Ensino Médio, era de competência da Secretaria de Ciência Tecnologia e

Meio Ambiente. Na próxima seção, traçaremos um histórico da criação de uma secretaria executiva para responder pela Educação Integral e Profissional em Pernambuco, importante para a compreensão do desenvolvimento da Política Pública nas escolas do estado.

### **A criação da Secretaria Executiva de Educação Profissional**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71, os cursos técnicos tinham equivalência ao Ensino Médio, ou seja, ao antigo 2º grau. Com a promulgação do Decreto Federal nº 2.208/97, ocorreu a separação entre o Ensino Médio e os cursos técnicos, passando estes a serem ministrados da forma subsequente, ou seja, após o Ensino Médio, para aqueles estudantes que já o haviam concluído. Com base nesse Decreto, o estado de Pernambuco também passou a responsabilidade da Educação Profissional para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, que começou a oferecer essa modalidade de ensino, exclusivamente, de forma concomitante e subsequente.

Com o Decreto Federal nº 5.154/08, que traz de volta a possibilidade da articulação entre o ensino propedêutico e a Educação Profissional, foram criadas as condições para que, no ano de 2009, o governo do estado indicasse novamente a Secretaria de Educação de Pernambuco para gerenciar a Educação Profissional, sendo criada, com isso, a Secretaria Executiva de Educação Profissional, com uma estrutura administrativa autônoma financeiramente. Essa, instituída por meio de Decreto Estadual nº 33.989/09 (PERNAMBUCO, 2009), passou a compor o organograma da Secretaria de Educação.

O novo órgão teve como objetivo reorganizar o Ensino Médio e os cursos técnicos no estado que, a partir de 2010, passou a ofertar a Educação Profissional nas formas articuladas ao Ensino Médio, como prevê a Lei Federal nº 11.741/08, que trata da reforma dos artigos de 39 a 42 da LDBEN sobre a Educação Profissional. Concomitante através de oferta em Educação a Distância (EaD) e Educação Profissional integrada ao Ensino Médio em tempo integral, nas ETES e no noturno, na forma subsequente, para aqueles estudantes que concluíram o Ensino Médio, portanto o estado conta com ETES que ofertam a Educação Profissional em todas as formas previstas na legislação.



De acordo com Decreto nº 35.681, de 13 de outubro de 2010, que aprova o regulamento da Secretaria Estadual de Educação, é de responsabilidade da Secretaria Executiva de Educação Profissional,

participar da elaboração, implantação e implementação do Plano Estadual de Educação; elaborar, implantar e implementar a Política de Educação Profissional e de Educação Integral, de acordo com a legislação vigente e normas do Sistema Estadual de Ensino e do Conselho Estadual de Educação, nas diversas formas e na modalidade presencial e a distância visando ao atendimento das demandas sociais por educação e trabalho, em consonância com as políticas de governo; acompanhar e avaliar a oferta de Educação Profissional e Educação Integral no Sistema Estadual de Ensino; assegurar a expansão da Educação Integral e da Educação Profissional para todas as microrregiões do estado, atendendo as especificidades dos arranjos produtivos locais, regionais e nacionais; coordenar os processos, programas, projetos, procedimentos e ações desenvolvidas na política da Educação Profissional e Integral (PERNAMBUCO, 2010).

Portanto é de responsabilidade dessa secretaria, integrar as Políticas de Educação Integral às de Educação Profissional.

Outra mudança significativa implementada foi a adoção da Gestão Empresarial Aplicada à Educação, com foco no resultado da aprendizagem do estudante, oferecendo formação em planejamento estratégico para todos os educadores da escola. Como consequência, exige a elaboração do plano de ação da escola e dos educadores.

Para um acompanhamento sistemático dos planos de ação dessas escolas, a autora do livro TEAR (Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão de Resultados), Ivaneide Lima, participa como assessora desde o ano de 2008. Ela acompanha a execução das atividades das escolas de forma online e presencial. É responsabilidade da Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP) promover encontros presenciais para a formação e o acompanhamento das ações, com o envolvimento de todos os educadores das escolas. Como também, promover encontros para a formação na filosofia da Educação Interdimensional, até a presente data. Essa formação presencial de 24 horas é realizada durante 3 dias para todos educadores que passam a fazer parte do Programa de Educação Integral (SEE-PERNAMBUCO, 2008).

A gerência geral do Programa de Educação Integral desenvolveu uma nova forma de conceber os “currículos, com ênfase na contextualização e na correlação dos

conteúdos com os acontecimentos políticos, econômicos e sociais, levando em consideração a realidade do educando, a sua linguagem e forma de expressão” (SEE-PERNAMBUCO, 2009, p.29). Em 2008, ano da implementação da Política Pública de Educação Integral, foram organizados grupos de estudo com todos os professores, por disciplinas, para a elaboração da proposta curricular para essas escolas, a partir das diretrizes curriculares e documentos normativos da Secretaria Estadual de Educação e aqueles utilizados pelos Centros Experimentais de Ensino em funcionamento desde 2004 (SEE-PERNAMBUCO, 2003).

É de suma importância, ao se analisar a implementação de uma Política Pública, se debruçar sobre o que está prescrito nos documentos sobre a política, pois são eles que orientam os gestores para a sua execução. No entanto, isso não garante uma homogeneidade nos processos de implementação nas escolas, pois as suas especificidades e relações internas e externas com a comunidade fazem diferença. Antes da implementação da Política Pública de Educação Integral, existia no estado o projeto piloto de Centro de Ensino Experimentais.

Os Centros de Ensino Experimentais funcionavam, no início, com gestores que ocupavam cargos comissionados, e a sua equipe. Atualmente, esses cargos são ocupados por professores da rede de ensino estadual, de qualquer área do conhecimento, participantes de seleção pública, obedecendo a critérios claros, como os citados a seguir.

O processo de seleção de gestores (EREMs e ETEs) ocorre da seguinte forma: os candidatos participam do curso de aperfeiçoamento Programa de Formação de Gestor Escolar de Pernambuco (PROGEPE) e, se aprovados com média igual ou superior a 7,0, estão aptos a dar continuidade ao processo seletivo, que é constituído por quatro partes: nota do PROGEPE, análise do currículo, apresentação de um plano de ação para a escola pretendida e entrevista sobre o plano de ação apresentado (Decreto nº 38.103/2012, PERNAMBUCO, 2013). Cada um desses itens tem um peso específico. A equipe da seleção é composta por integrantes da Secretaria de Educação do Estado, das Gerências Regionais de Educação e representantes de Universidades Públicas. Serão aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 7,0.

A seleção dos docentes, que passam a integrar o programa ocorre mediante a análise de currículo e entrevista, verificando-se também, durante a seleção, a disponibilidade semanal de horário de trabalho e a formação do professor para a disciplina para a qual se candidata. Os professores são selecionados prioritariamente da escola que passava pela transformação em Escola de Referência em Ensino Médio e, na

análise do currículo, era fundamental apresentar a experiência comprovada no Ensino Médio.

São orientações da SEEP para os gestores dessas escolas, ao implementarem a política, o incentivo a todos os educadores a participarem das formações em Educação Interdimensional e TEAR, adequando a matriz curricular às exigências da política. Orienta-se, ainda, que eles participem da seleção de todos os profissionais que dela farão parte, estimulando a pesquisa discente na escola e a participação nas formações continuadas e amostras articuladas pela secretaria, com o objetivo de estimular a construção do conhecimento entre os pares e de acompanhar o monitoramento pedagógico e a avaliação institucional, realizadas bimestralmente e semestralmente, respectivamente, nas escolas subordinadas a essa secretaria.

### **As Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) no estado de Pernambuco**

A integração entre o ensino propedêutico (formação geral) e a formação profissional é uma das características das Escolas Técnicas Estaduais, que atuam especificamente no Ensino Médio, funcionando com matrícula única e currículo distribuído em três anos, com professores e estudantes em horário integral. As ETEs se organizam a partir de um currículo específico para a Educação Profissional, com habilitação técnica de nível médio nos diversos cursos dos eixos tecnológicos. Atualmente, a rede oferta a Educação Profissional durante o dia, integrada ao Ensino Médio, em horário integral, e à noite, nas formas subsequentes (para aqueles estudantes que concluíram o Ensino Médio). Além disso, funcionam como polos de Educação à Distância (EAD).

Todas as ETEs oferecem a Educação Integral, sob as mesmas concepções e orientações de funcionamento das escolas de Referência em Ensino Médio. Sua estrutura obedece à sugerida pelo MEC por meio do Programa Brasil Profissionalizado, tendo sido 11 delas construídas com recursos desse programa, compostas por 12 salas de aula, cinco laboratórios, de informática, de línguas, de física, de química e de biologia e laboratórios específicos para cada curso oferecido.

A equipe gestora dessas escolas é semelhante às Escolas de Referência em Ensino Médio, sendo composta também por um coordenador para cada curso e um coordenador para intermediar a relação entre escola e empresa, responsável pela inserção dos estudantes ao mundo do trabalho.

No ano de 2009, quando a Secretaria Executiva foi criada, existiam apenas seis Escolas Técnicas Estaduais, com matrículas apenas nas formas de concomitância e, na sua maioria, subsequente. Em 2010, foram inauguradas mais sete ETEs, já com oferta da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, em horário integral; em 2011, mais uma, chegando em 2013 a um total de 25 ETEs. Hoje, no estado de Pernambuco encontram-se em construção mais 15 Escolas Técnicas Estaduais, com previsão de inauguração no próximo ano (2014), totalizando 40 ETEs em funcionamento.

Vale aqui também destacar a situação da Educação Integral na estrutura organizacional da Secretaria de Educação que, inicialmente, no período de 2004 a 2009, era representada por uma Gerência Geral, ligada diretamente ao Gabinete do Secretário e, a partir de 2010, passou a ser responsabilidade da Secretaria Executiva, incorporando, também, a Educação Profissional do estado, com a mesma finalidade.

### **Um novo olhar para a política de Educação Integral de Pernambuco: uma intervenção necessária**

Ao analisar os resultados da pesquisa, com foco no contexto das duas escolas objeto deste estudo, verificou-se que na implementação da Política Pública de Educação Integral as instituições educacionais seguiram as principais orientações da política. Entretanto, faz-se necessário equacionar as dificuldades encontradas na implementação, quer seja no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, das Gerências Regionais ou das próprias escolas.

Nessa perspectiva, as ações que precisam ser realizadas demandam algumas mudanças na forma de tratar a implementação dessa Política Pública. Embora este Plano de Ação Educacional tenha sido construído a partir de uma realidade específica, na perspectiva das duas escolas já citadas, selecionadas a partir dos seus resultados do IDEPE de 2011, em Pernambuco e, sendo parte integrante da rede de Ensino Médio integral, pode-se dizer que os caminhos aqui sugeridos podem ser seguidos por outras escolas dessa mesma rede.

### **Proposta para a Secretaria Estadual de Educação**

Algumas dificuldades encontradas pelas duas escolas analisadas apresentaram relação direta com questões pertinentes à Secretaria Estadual de Educação. Desse modo,

apresentaremos, a seguir, algumas propostas de intervenções a serem consideradas pela SEE.

Como primeira ação, propomos a unificação das duas Secretarias Executivas responsáveis pelo Ensino Médio. Para isso, o secretário de educação deverá encaminhar ao governador do estado uma proposta de reestruturação da SEE até o final de 2013. Quanto os custos dessa ação, só poderão ser definidos a partir da reestruturação, podendo, inclusive, haver redução.

A segunda ação indicada é a ampliação para duas vezes ao ano a oferta de formações em Educação Interdimensional e TEAR, a primeira, envolvendo todos os educadores das escolas integrais e técnicos das GREs e a segunda, apenas os integrantes da equipe gestora, a serem realizadas no início de cada semestre letivo, com turmas de 100 participantes, com um custo por aluno de R\$ 90,00. Esse custo leva em consideração o valor do convênio, vigente na Secretaria, com a empresa do consultor, responsável pela formação, dividido pelo número de participantes. Além disso, também nesse montante é contabilizado o custo de cada participante, que recebe uma bolsa-capacitação correspondente ao transporte (variável, de acordo com o município da escola do participante) e mais R\$45,00 por dia para alojamento e alimentação.

A terceira ação recomendada é a manutenção da estratégia de seleção simplificada para ingresso no quadro docente das escolas integrais. Esse processo ocorre no período oficial de remoção de professores da SEE, ou seja, no início de cada semestre. A seleção é realizada por comissão formada por profissionais da SEE e das GREs e consta de estudo de caso, entrevista e análise de currículo, o que pode assegurar melhor qualidade de ensino, não implicando em custos adicionais, uma vez que as despesas com deslocamento e diárias estão previstas no orçamento da SEE.

Como quarta ação, nossa ideia é regulamentar o processo seletivo de gestor escolar, por um período de gestão, no mínimo, três anos para as Escolas Integrais. Ele deverá ser realizado por comissão composta por profissionais da SEE e das GREs, com participação de representantes de universidades públicas, em duas etapas: formação em gestão escolar e apresentação de Plano de Ação para a escola para qual o participante se candidatou, seguida de uma entrevista e análise de currículo. Garantindo a esse gestor selecionado um período não inferior a três anos a frente da gestão.

A última ação indicada é a inclusão no calendário escolar da SEE da Mostra Anual de Inovações Pedagógicas, um evento científico promovido pela SEEP, que objetiva estimular a pesquisa de docentes e discentes no cotidiano escolar.

### 1.5.2 Proposta para as escolas objetos do estudo

Face às informações coletadas nas escolas pesquisadas, durante a implementação da política de Ensino Médio Integral, faz-se necessário assegurar a realização de algumas ações de intervenção:

- monitoramento pedagógico da aprendizagem realizado em todas as escolas por duplas de educadores de escolas integrais com melhor desempenho, ao final de cada bimestre. Tal ação possibilita a troca de experiências entre as instituições, uma vez que objetiva acompanhar os resultados da aprendizagem e o desenvolvimento interdimensional dos estudantes, além de averiguar o desempenho docente em cada bimestre, visando estabelecer um plano bimestral de melhoria desses resultados. As despesas dessa proposta são o transporte e a diária, que fazem parte da previsão da dotação orçamentária da SEE.
- promoção de atividades que estimulem o protagonismo juvenil, a exemplo das oficinas de acolhimento dos estudantes novatos por veteranos no início do ano letivo, de monitoria de atividades escolares supervisionadas por professores e de jogos escolares, Todas essas ações podem ser realizadas sem custos adicionais.
- realização de intercâmbio de experiências gerenciais e pedagógicas bem sucedidas entre as escolas integrais durante o monitoramento pedagógico da aprendizagem bimestral, com custos relativos a pagamento de bolsa de capacitação previstos na dotação orçamentária da SEE.
- proposta de fortalecimento dos órgãos colegiados da escola, tais como o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil, a Unidade Executora e o Conselho de Pais. A existência e a finalidade deles devem se redefinidas no regimento da escola.
- atualização do Projeto Político Pedagógico de forma participativa, no mínimo, ao final de cada ano letivo ou quando se fizer necessário, de modo a ajustá-lo às novas necessidades e demandas da comunidade escolar.

Especificamente para a escola B, que tem no seu quadro educadores que não residem no município onde a escola se encontra inserida, propomos uma reunião desses docentes a cada quinze dias, nas tardes das quartas-feiras, quatro horas-aulas, já que

entendemos serem necessários encontros coletivos para promover uma maior integração, com o objetivo de fortalecer as relações interpessoais e possibilitar o intercâmbio de experiências. Nessa ocasião, os estudantes serão atendidos por monitores que estarão trabalhando as tarefas previamente preparadas pelos professores. No projeto a ser elaborado pela escola “A”, localizada no município de Caruaru, propomos que seja negociada a inclusão de agenda mensal de visita à GRE e/ou da GRE à escola, para atender à necessidade de fortalecimento da relação institucional. Isso porque, embora já tenham transcorrido quase cinco anos de transformação da escola em Escola de Referência em Ensino Médio Integral, as dificuldades encontradas geraram um distanciamento que ainda não foi superado, precisando ser assumido e resolvido pelas duas partes por meio de uma aproximação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. 5 ed. Petrópolis. Editora Vozes. p.153.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9394/96, de 20 dez. 1996 Brasília, DF, p. 1. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acesso em: 02 out 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Médio Inovador - Documento Orientador**, Brasília: MEC/SEF, 2011.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. 1. ed. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

\_\_\_\_\_. **Aventura Pedagógica: Caminhos e descaminhos de ação Educativa**. 2. ed. Belo Horizonte, Modus Faciendi, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da presença: da solidão ao encontro**. 2. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação**. (Coleção valores). São Paulo: Editora Canção Nova, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A questão Federativa e a educação escolar**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ppgp.caedufjf.com.br/document>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

IBGE. **Banco de Dados Agregados. Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2012.

LIMA, Ivaneide Áurea A. P. **TEAR - Tecnologia empresarial aplicada à educação: gestão e resultados**. Olinda: Livro rápido, 2011.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco, cria, experimenta e aprova**. 1. ed. São Paulo: Abatroz: Loqui, 2008.

MOTA, Sílvia Maria Coelho. Escola de tempo integral: da concepção à prática. **VI seminário** da Redestrado - regulação educacional e trabalho docente. 6 e 7 de setembro



de 2006. Biblioteca virtual <<http://www.ppgp.caedufjf>>. Acesso Em 16 de julho de 2012.

PERNAMBUCO. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 11 jul. 2008. p. 3.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa no 01, de 28 de fevereiro de 2012. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 28 fev.2012.

\_\_\_\_\_. Decreto no 39.039, de 4 de janeiro de 2013. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 5 jan.2013.p.3.94

YIN, Robert k. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010